

## **MIGRAÇÃO SELETIVA: UM ESTUDO SOBRE AS JOVENS AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS**

Caroline Tapia Bueno<sup>1</sup>  
Susana Maria Veleda da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** A pesquisa trata do processo de migração seletiva de jovens agricultoras familiares no município de São Lourenço do Sul, situado no estado do Rio Grande do Sul. A metodologia é constituída por revisão bibliográfica; por coleta de dados – efetuada a partir da aplicação de um questionário aberto; e pela realização de seis entrevistas com dois grupos de jovens — sendo um composto por três mulheres residentes do espaço rural e outro, por três mulheres que migraram para o espaço urbano. Os dados foram avaliados através da análise do discurso. A pesquisa constatou que a migração seletiva ocorre principalmente por questões relacionadas à lógica patriarcal de gênero, que limita as oportunidades e a qualidade de vida das jovens agricultoras familiares.

**Palavras-chave:** Mulheres. Agricultura familiar. Gênero. Patriarcado.

## **SELECTIVE MIGRATION: A STUDY ON YOUNG FAMILY FARMERS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO LOURENÇO DO SUL – RS**

**Abstract: Resumo:** The research deals with the selective migration process of young family farmers in the municipality of São Lourenço do Sul, located in Rio Grande do Sul. The methodology consists of a bibliographic review, data collection through the application of an open questionnaire and six in-depth interviews with two groups of young people, one composed of three women living in rural areas and the other, by three who migrated to urban space. The data were analyzed through discourse analysis. The research found that selective migration occurs mainly due to issues related to gender patriarchal logic that ends up limiting the opportunities and quality of life of young family farmers.

**Keywords:** Women. Family Farming. Gender. Patriarchy.

## **MIGRACIÓN SELECTIVA: UN ESTUDIO SOBRE JÓVENES AGRICULTORES FAMILIARES EN EL MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL – RS**

**Resumen:** La investigación aborda el proceso de migración selectiva de jóvenes agricultores familiares en el municipio de São Lourenço do Sul, ubicado en Rio Grande do Sul. La metodología consiste en una revisión bibliográfica, recolección de datos mediante la aplicación de un cuestionario abierto y seis entrevistas en profundidad con dos grupos de jóvenes, uno compuesto por tres mujeres que viven en áreas rurales y el otro, por tres, que emigraron al espacio urbano. Los datos fueron analizados a través del análisis del discurso. La investigación encontró que la migración selectiva ocurre principalmente debido a problemas relacionados con la lógica patriarcal de género que termina limitando las oportunidades y la calidad de vida de los jóvenes agricultores familiares.

**Palabras clave:** Mujeres. Agricultura familiar. Género. Patriarcado.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Departamento de Geografia, Francisco Beltrão, Brasil, [caroline.bueno14@gmail.com](mailto:caroline.bueno14@gmail.com), <https://orcid.org/0000-0003-0251-9108>

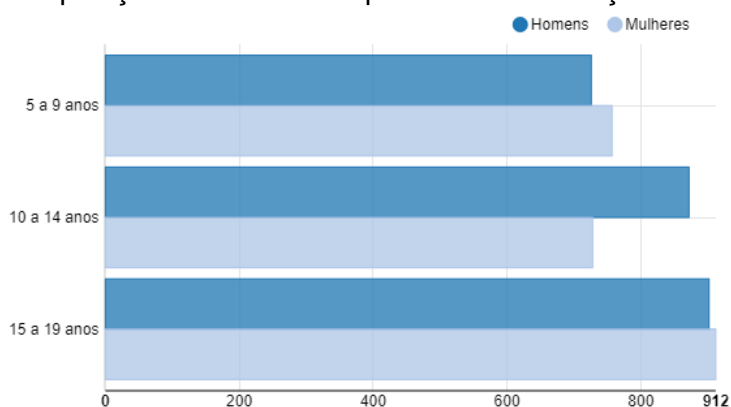
<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande, Departamento de Geografia, Rio Grande, Brasil, [susanasilva@furg.br](mailto:susanasilva@furg.br), <http://orcid.org/0000-0003-2856-0379>

## Introdução

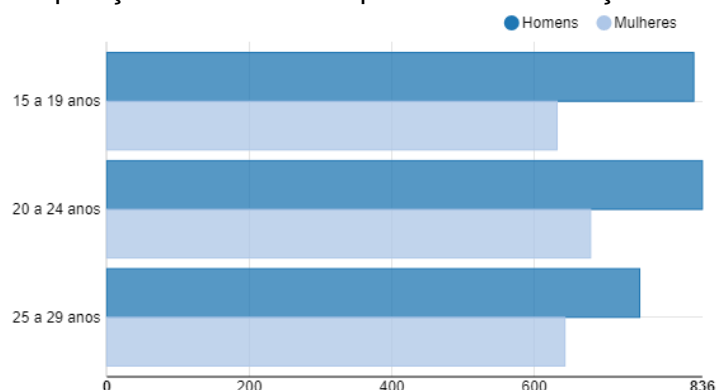
A pesquisa apresentada é fruto da dissertação de mestrado, de mesmo título, desenvolvida no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande no ano de 2019, que contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa foi desenvolvida no município de São Lourenço do Sul (SLS), situado no estado do Rio Grande do Sul (RS). SLS possui área de 2.036,125 km<sup>2</sup> e faz divisa com os municípios de Turuçu, Pelotas, Canguçu, Camaquã e Cristal. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, SLS possuía 43.111 habitantes. Destes, 24.237 habitavam o espaço urbano (11.645 homens e 12.592 mulheres) e 18.874 viviam no espaço rural (9.978 homens e 8.896 mulheres).

A pesquisa dialoga sobre as relações de gênero no processo migratório no município apontado. Os dados dos Censos Demográficos nos permitiram identificar a migração de mulheres jovens do espaço rural para o espaço urbano do município. Observemos os Gráficos 1 e 2: correlacionando os dados obtidos nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 sobre a população rural, podemos observar a diminuição da população feminina no município de SLS. O Gráfico 1 demonstra a quantidade de habitantes com idades entre 5 e 19 anos no ano de 2000, o que, em valores absolutos, totalizam 2.397 mulheres e 2.500 homens.

**Gráfico 1:** População rural do município de São Lourenço do Sul/RS, 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

**Gráfico 2:** População rural do município de São Lourenço do Sul/RS, 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para a comparação com o Censo de 2010, foram consideradas as pessoas com idades entre 15 e 29 anos, pois idealmente estariam sendo tratadas as mesmas amostras, defasadas em 10 anos. Nesse caso, o número de mulheres totaliza em 1.954, enquanto que o total de pessoas do sexo masculino é de 2.408, conforme podemos observar no Gráfico 2.

Ao realizar uma comparação entre o total de mulheres nos Censos de 2000 e 2010, percebemos uma redução de aproximadamente 18.5% no número de habitantes femininas no espaço rural. Enquanto isso, o número de habitantes do sexo masculino no espaço rural reduziu apenas 3.7%, o que evidencia, portanto, maior migração da população feminina do espaço rural do município de SLS.

Esse processo migratório nos levou a três pressupostos acerca das possíveis causas da sua ocorrência no município. O primeiro está relacionado às desigualdades de gênero presentes na estrutura familiar – de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, os homens que se intitulam na direção das propriedades familiares totalizam 3.544 (81,9%), enquanto que as mulheres somam apenas 268 (6,19%) (IBGE, 2006). O segundo refere-se à insuficiência de escolas no espaço rural (existem somente duas escolas que contemplam o ensino médio, o que torna difícil o acesso para todos, uma vez que o espaço rural do município compreende sete distritos e a articulação dos meios de transporte não os contemplam em questão de horários e trajetos). O terceiro consiste na busca de trabalhos urbanos assalariados, em razão da falta de oportunidades que possibilitem às pessoas permanecerem no espaço rural. Aqui, cabe destacar que as oportunidades não são iguais para homens e mulheres nos espaços rurais, fato que pode ser demonstrado se considerarmos a área total dos estabelecimentos com

proprietários masculinos e femininos em SLS: os masculinos somam 161.709 (94,07%) hectares, enquanto apenas 10.190 (5,93%) hectares são de propriedade das mulheres (IBGE, 2006).

Isso posto, entendemos que o município de SLS está sofrendo com a migração seletiva nos espaços rurais. Os movimentos de migrações seletivas ocorrem quando há um padrão supressivo de indivíduos e, no caso de SLS, isso se configura no sentido de que há uma migração expressiva de mulheres jovens. Campos (2015) ressalta que o caráter seletivo está relacionado “com a ocorrência de um evento demográfico em indivíduos com características específicas dentro de uma população. Sua expressão se manifesta quando estes eventos, como [...] a migração, ocorrem em indivíduos selecionados entre os demais” (CAMPOS, 2015, p. 189).

Os estudos de Brumer (2004), de Faria e Macedo (2013) e de Maia e Buainain (2015) mostram que, no século XXI, é crescente a participação de mulheres jovens no processo migratório rural-urbano brasileiro e evidenciam que as causas dessas migrações são, além de econômicas, também educacionais, culturais e sociais.

Dentro desse contexto entram discussões sobre a jornada dupla que as mulheres enfrentam nos espaços rurais, pois elas conciliam os afazeres domésticos ao trabalho da lavoura, que normalmente não são reconhecidos e pagos. A falta de valorização do trabalho feminino, que, conforme Brumer (2004), é frequentemente considerado como apenas uma “ajuda” ao homem agricultor, acaba tornando-se condicionante para a migração seletiva de mulheres. Segundo Hirata e Kergoat (2007),

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Na agricultura familiar, de acordo com Carneiro (2001) e Brumer (2004), as mulheres jovens são vistas como ajudantes na propriedade, mesmo exercendo várias atividades, como cuidados domésticos, cuidados com a horta, com os animais e com a lavoura. Vivemos em uma sociedade regida pelo patriarcado que se configura, segundo Saffioti (2004), como uma lógica entre homens para garantir a opressão das mulheres, nesse sentido, “este regime ancora-se em uma maneira de

os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2004, p. 105). Ainda, o modo patriarcal “não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração” (SAFFIOTI, 1987, p. 50). Por conseguinte, a dominação e a exploração acontecem concomitantemente, sem uma ordem específica, ocorrendo dentro do lar, na área de trabalho ou de convivência social das mulheres. Nesse contexto, a agricultura (assim como outros espaços) está dentro dessa lógica patriarcal, e isso é constatado quando as mulheres são desvalorizadas como trabalhadoras e não recebem remuneração pelas atividades desenvolvidas por serem consideradas apenas a mulher, a filha do agricultor. Além disso, normalmente, as mulheres não são as primeiras escolhas para herdarem a propriedade dos pais e os sucederem, conforme aponta os estudos de Paulilo (2016). Desse modo, muitas são expulsas do campo por um sistema que legitima o homem e naturaliza o processo de desvalorização da mulher.

A dificuldade de acesso à educação também incide na decisão das jovens em permanecer ou abandonar o campo. No município de SLS, existem no espaço rural duas escolas de ensino médio, sendo que uma delas apresenta, também, o ensino técnico voltado para práticas rurais. Contudo, considerando a dimensão territorial do município, essas escolas acabam se tornando de difícil acesso à parte da população rural, o que pode incidir nas migrações seletivas. A mulher jovem, como apontado por Paulilo (2016) e Brumer (2004), possui menor chance de se tornar sucessora da propriedade familiar, o que acaba também diminuindo suas chances de permanecer nos espaços rurais. Além disso, Carneiro (2001) aponta que, em razão de as mulheres não serem vistas como sucessoras, elas investem mais na educação do que os homens, buscando qualificação para o mercado de trabalho. Esse fator pode estar interferindo nas migrações seletivas no município, visto que a carência de escolas no espaço rural possa levar, principalmente, as mulheres a buscá-las nos espaços urbanos, aumentando o índice migratório. Salienta-se que, desde o ano de 2007, o município recebeu um polo da Universidade Federal do Rio Grande, onde são desenvolvidos cursos voltados ao espaço rural, como agroecologia e educação do campo. Contudo, o polo localiza-se no espaço urbano do município, assim, aqueles que pretendem se qualificar para trabalhar no rural precisarão, por um período de tempo, migrar para o espaço urbano.

Outro adendo são as dificuldades financeiras, pois elas são obstáculos para os estudos de muitos jovens, o que os fazem procurar, por conseguinte, trabalhos assalariados para que consigam se sustentar no espaço urbano. O problema disso são as baixas qualidades dos empregos que conseguem. Conforme Lisboa (2010), as jovens, normalmente, são inseridas no trabalho doméstico informal, sem nenhum benefício ou direitos previdenciários. Muitas vezes, o trabalho é acertado pelos próprios pais, em troca de casa e comida, explorando as jovens, muitas delas menores de idade. Via de regra, os trabalhos são árduos, dificultando, ou mesmo impossibilitando, o estudo. Mesmo assim o trabalho assalariado normalmente é desejado pelas jovens do espaço rural.

Cordeiro (2007) aponta que a falta de remuneração do trabalho feminino no âmbito da agricultura familiar faz com que muitas mulheres sonhem com a vida na cidade, onde podem ter uma remuneração mensal e acreditam que seus trabalhos sejam reconhecidos socialmente. Nessa conjuntura, o sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho, que se sustentam no espaço rural, acabam conjurando a percepção de que, segundo Hirata e Kergoat (2007), o trabalho do homem vale, monetária e socialmente, mais do que o trabalho da mulher.

Todos esses fatores somados influenciam no processo migratório. Desse modo, consideramos que, quando as mulheres migram por serem inferiorizadas ou “expulsas” por um sistema que afeta seus direitos de permanecer em suas terras, ou que impõe rótulos de frágeis, delicadas e fracas, impossibilitando-as de gerirem e produzirem em suas propriedades, estamos diante de uma ordem patriarcal de gênero que deve ser denunciada (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Frente ao exposto, o processo metodológico desta pesquisa ocorre a partir de uma abordagem qualitativa, na qual o delineamento do objeto de pesquisa se insere “[...] numa problemática do avanço dos conhecimentos: o pesquisador escolhe seu objeto em função das faltas que ele detecta no corpus constituído das ciências sociais” (DESLAURIES; KÉRISIT, 2012, p. 132). Desse modo, identificamos que o objeto de estudo da pesquisa é uma lacuna no campo do conhecimento geográfico.

Diante disso, nosso objetivo é identificar quais são as causas que desencadeiam o processo de migração feminina, analisando as consequências na vida das jovens agricultoras familiares do município de SLS. Trata-se de uma pesquisa feminista, pois tem seu foco em uma das mais diversas situações arbitrárias vividas pelas mulheres, problematizando-a. A metodologia feminista, segundo Moss (2002), consiste em uma abordagem de pesquisa que inclui os

aspectos convencionais, como a coleta e a análise de dados, e também os aspectos menos conhecidos, como as relações das pessoas envolvidas no processo de pesquisa. Desse modo, de acordo com Narvaz e Koller (2006), o uso de metodologias feministas possui o comprometimento com uma mudança social, tendo em vista o resgate das experiências femininas e uma análise focada em linguagens não sexistas.

Este estudo contou, primeiramente, com uma revisão bibliográfica para o entendimento do universo estudado. As mulheres participantes da pesquisa são jovens agricultoras familiares. Para classificar uma pessoa como jovem, utilizamos o Estatuto da Juventude de 2013, que considera a faixa etária de 15 a 29 anos de idade. O recorte etário da pesquisa foi de 18 a 29 anos, ou seja, mulheres que alcançaram a maioridade (Lei Nº 10.406/ 2002) e, portanto, podem decidir e executar, sem interferência familiar ou legal, a migração rural-urbana. Assim, entendemos a faixa etária de 18 a 29 anos como um período de possibilidades de mudanças e reafirmações de suas decisões.

O percurso metodológico contou com duas etapas de coleta de dados: na primeira etapa, aplicamos um questionário aberto (vinte questões). Essa etapa foi realizada com as jovens que estavam cursando o último ano do ensino médio e o ensino técnico em escolas rurais no município. O objetivo do questionário foi identificar e caracterizar as jovens, obtendo um meio de chegar até elas para a próxima etapa da pesquisa. Lembramos que a opção de aplicar um questionário somente no último ano do ensino médio justifica-se por entendermos que esse é um momento propício para decisões, pois as jovens estão encerrando um ciclo de estudos.

Na segunda etapa, realizamos entrevistas em profundidade com dois grupos, cada qual composto por três mulheres. Um grupo contemplou as jovens agricultoras que residem no espaço rural de SLS e o outro, as que migraram para o espaço urbano. As entrevistas em profundidade são “encuentros éstos dirigidos hacia la comprensión de las perspectivas que tienen los informantes respecto de sus vidas, experiencias o situaciones, tal como las expresan con sus propias palabras” (TAYLOR; BOGDAN, 1987, p. 101).

Por fim, utilizamos como método de análise dos dados qualitativos a técnica de análise do discurso, baseada em Foucault (2008) e em Orlandi (2009). Desse modo, “a etapa de análise consiste em encontrar um sentido para os dados coletados e em demonstrar como eles respondem ao problema de pesquisa que o

pesquisador formulou progressivamente” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012, p. 140). Intencionamos dar significado aos dados coletados a partir da epistemologia feminista, considerando as relações patriarcais de gênero e a divisão sexual do trabalho delas decorrentes.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira consiste na presente introdução. Na sequência, a segunda parte apresenta a explanação dos dados coletados, da análise e das reflexões sobre o processo de migração das jovens agricultoras familiares no município de SLS. A terceira e última parte compreende as considerações finais do artigo.

### **São Lourenço Do Sul no Panorama das Migrações Seletivas**

Baseamos esta pesquisa em dois tipos de coleta de dados: a aplicação de um questionário aberto às jovens que estavam cursando o último ano do ensino médio ou o ensino técnico em escolas rurais de São Lourenço do Sul, e a realização de entrevistas em profundidade com dois grupos de mulheres, com três entrevistadas em cada grupo – as que residem no espaço rural (representadas por: 1R, 2R e 3R) e as que migraram para o espaço urbano (representadas por: 1U, 2U e 3U).

Primeiramente, identificamos, nos questionários (ver Tabela 1), a organização da divisão das tarefas na família. Solicitamos às participantes que assinalassem quais funções os membros de suas famílias desempenhavam durante o dia, podendo o mesmo membro ser assinalado em mais de uma função. Identificamos o seguinte cenário: as mulheres (mães e filhas) exercem múltiplas atividades, contemplando o trabalho doméstico, o cuidado de pequenos animais e da horta, os cuidados com crianças e/ou idosos e o trabalho na lavoura. Nessa estrutura de organização das atividades, as intensidades dos trabalhos se modificam, ou seja, as mulheres mais velhas, geralmente mães, trabalham mais na lavoura, no entanto, não deixam de trabalhar em outras partes da propriedade. As mulheres mais jovens, geralmente filhas, voltam seus trabalhos em maior parte ao trabalho doméstico e ao cuidado da horta e de pequenos animais, e também trabalham na lavoura. Os homens (pais, irmãos e outros) trabalham principalmente na lavoura, sendo quase nula a participação deles no trabalho doméstico, ou em outras áreas da propriedade.

Logo, percebemos que as mulheres estão enfrentando longas jornadas de trabalho e, conseqüentemente, trabalhando mais do que os homens, em geral



exercendo suas atividades em três turnos. Como menciona Nascimento Silva (2011, p. 141), “Desde a infância, as meninas são preparadas para executar as tarefas de casa, como cuidar dos irmãos mais novos, lavar roupa, cozinhar e cuidar dos animais domésticos, da horta e de pequenos cultivos próximos da casa, incluindo jardins.”.

**Tabela 1:** Organização das tarefas no núcleo familiar

Membro Familiar	Trabalho Doméstico	Cuidados com a horta e com pequenos animais	Cuidados com crianças e/ou idosos	Trabalho na lavoura
Participante da Pesquisa	18	10	4	10
Mãe	13	9	2	16
Pai	2	4	-	20
Irmã	7	1	2	-
Irmão	-	1	-	9
Outros (sexo masculino)	-	-	-	5

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Também buscamos identificar como as entrevistadas julgam as divisões de tarefas dentro da família, e constatamos que as que já realizaram a migração conseguem perceber que naquele cenário elas não eram favorecidas, ou sequer tratadas de forma igualitária. Assim, conseguem identificar a existência de uma ordem patriarcal de gênero e uma divisão sexual do trabalho que minimiza o trabalho feminino, enquanto o trabalho masculino é enaltecido. No entanto, isso não basta para que elas vejam esse cenário a partir de um olhar totalmente livre dos arcabouços patriarcais em que foram criadas: analisando o discurso abaixo, percebemos que as mulheres que migraram enxergam parte dos problemas, mas ainda tentam justificá-los. O sentimento de traição por estar falando mal da família também pesa nesse sentido, pois, após desabafar as injustiças que vivenciaram, tentam justificar com tom de normalidade as desigualdades enfrentadas.

É... depois quando minha irmã mais velha foi embora, a gente não achava muito justo porque o mano, por exemplo, ele escolhia o que ele queria fazer, assim, algumas coisas, que nem a gente ia para a lavoura também, aí ele não gostava de estudar e parou de estudar. Que aí o pai ficava brigando com ele para ir pro colégio todos os dias e ele não queria, aí o pai disse: tá, não quer ir não vai, então! Mas, como tinha aquela coisa porque a gente trabalhava com firmas de fumo assim, as crianças eram obrigadas a tá na escola, senão eles não davam pedido de fumo e os insumos para plantar, né?! Aí, então, se o conselho tutelar fosse lá, ele seria obrigado a voltar pra escola, mas só se houvesse denuncia, aí não aconteceu isso e ele parou de estudar na sétima série. Aí ele gostava bastante de serviço só da lavoura, aí não gostava se tinha serviço em casa, aí a gente ia, colhia o fumo na lavoura e ele ajudava. Aí depois, quando a gente tinha que costurar em casa ou trabalhar no fumo seco, porque tem um preparo até vender, ele não ajudava e eu e a mana tínhamos que

ajudar também, né, isso a gente achava um pouco injusto assim. Mas aí, às vezes, ele ficava tirando pasto, preparando terra, essas coisas que a gente não fazia também. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

Ainda, com as mulheres que residem no espaço rural, o sentimento de condescendência com a estrutura de organização é presente nos discursos. A extrema valorização do trabalho na lavoura também é nítida, atrelada à ideia de que o trabalho doméstico é “leve” ou “fácil”. Conforme trata a entrevistada abaixo:

Bom, não fica tanta coisa para eles, nem tanta coisa para mim. Porque eu não sou muito de ir para a lavoura, não gosto, realmente não gosto! Quando eles voltam, tá tudo pronto e eu consigo arrumar minhas coisas. Eles vão para a lavoura de manhã, voltam meio dia, aí depois uma e meia, duas horas, eles vão de novo e voltam de noite, aí chegam em casa e está tudo pronto e podem tomar banho, jantar e dormir que fica tudo por minha conta, né?! Eu sei que na lavoura tudo é muito puxado, por isso eu já faço as coisas tudo em casa, aí é melhor. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural).

A fala dessa agricultora mostra a desvalorização de seu próprio trabalho, pois, anteriormente, afirmou que, na época de colheita e plantio do fumo, ela também vai para a lavoura, além de cuidar diariamente dos animais e da casa. Em seu discurso, ela cita o trabalho doméstico, dizendo que não fica tanta coisa para eles (restante da família) e nem para ela. Mas ela tem três jornadas de trabalho: durante a manhã, cuida da casa, faz o almoço, trata os animais; no período da tarde, lava a louça do almoço, dedica-se aos afazeres domésticos em geral e, algumas vezes, vai para a lavoura; e, no turno da noite, prepara o jantar e lava a louça, enquanto o restante toma banho e dorme. Além disso, as mulheres do espaço rural ainda são responsáveis pelos cuidados ao redor da casa, como capina e outros afazeres. No entanto, essa jornada dobrada (e, por vezes, triplicada) é naturalizada por um sistema patriarcal enraizado nas tradições e nas vidas das mulheres e dos homens.

Nesse cenário de desvalorização do trabalho feminino, também é necessário mencionar a remuneração que essas mulheres recebem, para tanto, analisemos o discurso abaixo.

Recebia, recebia... Não era um salário, mas as coisas que a gente pedia e eles podiam, eles sempre nos davam, né?! O pai e a mãe... E aí, às vezes, quando eles queriam que a gente trabalhasse mais assim, aí até eles nos pagavam mesmo assim, sabe? Para incentivar nós a trabalhar também, né?! Mas a remuneração era diferente, o mano sempre ganhava mais. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

É perceptível que a entrevistada consegue identificar que o irmão ganhava mais no tempo em que todos trabalhavam na propriedade. No entanto, em nenhum

momento fez alguma crítica sobre como esse sistema remuneratório se concebia na família. Segundo Saffioti (2004), a ausência de considerações sobre esse sistema pelas mulheres se dá, sobretudo, porque, “entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, [...] é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social” (SAFFIOTI, 2004, p. 34).

Ainda nesse cenário, buscamos identificar se elas estavam atentas às desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres no espaço rural. Mesmo com o patriarcado enraizado nessas mulheres, tentamos aguçar a memória delas para o que vivenciam diariamente em busca de situações que caracterizam essa questão. Os principais discursos são:

O guri ganha mais! Porque o guri, o casal vê o guri como um investimento! O pensamento deles é que o guri vai ficar na propriedade e ele que vai continuar o lugar deles. E aí todo o investimento é bem-vindo pra eles, né?! A boa ideia deles é essa, eles investirem no guri para ele continuar ali na propriedade, para quando eles não puderem mais trabalhar. (Entrevistada 1R - residente do espaço rural)

Tem uma diferença de preço entre os trabalhos, enorme. Que nem tem gente lá na volta que trabalha por dia, peão como se chama, tem homem que ganha cento e trinta reais por dia, e a mulher no máximo é oitenta reais. Mas também a diferença é enorme, porque o homem faz praticamente todo o serviço, e a mulher é o mais fácil, né?! Mas pra homem sempre tem mais serviço do que pra mulher. Pra mulher é mais pra casa, aí muitas pessoas lá na colônia não têm, porque sempre tem alguém pra fazer as coisas de casa, né? Aí pra lavoura sempre tem mais pra homem. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural)

No primeiro discurso, podemos identificar que a entrevistada conseguiu romper com a ideia de igualdade entre homens e mulheres no espaço rural e foi capaz de realizar uma crítica ao que vivenciam. Contudo, a segunda, mesmo que em um primeiro momento tenha exposto uma crítica à desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras assalariadas no espaço rural, logo, justifica essa desigualdade alegando que a mulher faz o serviço mais “leve” e está mais voltada ao trabalho doméstico do que ao trabalho na lavoura. O discurso voltado para frases de cunho patriarcal, e mergulhadas na divisão sexual do trabalho, aponta que as mulheres do espaço rural precisam de um processo de desconstrução do que aprenderam sobre trabalho leve ou pesado, considerando que normalmente essa denominação está atrelada a quem realiza tal trabalho, transcendendo a força física e partindo para uma concepção de gênero. Assim, “o que determina o valor da diária

é, em suma, o sexo de quem a recebe” (PAULILO, 2016, p. 108). Essa concepção, de acordo com Kergoat (2003), parte de uma ideia de legitimação de uma ideologia naturalista “que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie” (KERGOAT, 2003, p. 56).

Nessa perspectiva, a intenção da pesquisa foi investigar se essas mulheres se sentem ou sentiam (antes de migrarem) valorizadas (mesmo com todas as adversidades que presenciamos até aqui). Diante do questionamento, os grupos se opõem diretamente, ou seja, o grupo composto pelas mulheres que residem no espaço rural se sente valorizado (mesmo não recebendo remuneração), e a palavra que mais justifica esse sentimento é “gratidão”, visto que os pais “agradecem” com palavras o trabalho das filhas. No grupo de mulheres que migraram para o espaço urbano, a primeira reação é demonstrar que não se sentiam valorizadas naquele modo de vida por não receberem uma remuneração em forma de dinheiro. Esse sentimento pode ter influenciado elas a tomarem a decisão de ficar ou partir do campo. No entanto, ainda repetem os discursos, já mencionados aqui, sobre a “gratidão” dos pais, que sempre agradeceram pelos trabalhos delas. A diferença nesse segundo grupo é que as palavras carinhosas de seus pais não bastaram para que elas se sentissem completas e realmente valorizadas.

Com a compreensão de que a figura materna é, muitas vezes, vista como um exemplo a ser seguido pelas mulheres no campo procuramos entender se as participantes gostariam de ter o mesmo tipo de vida da mãe. A resposta unânime foi negativa. Os motivos variam e, em determinado momento, sempre convergem às palavras “muito trabalho”, visto que o tipo de vida levado pela figura materna envolve o cuidando de muitos filhos, o trabalho na lavoura, o trabalho doméstico, etc. Assim, nenhuma delas pretende ter o modo de vida de suas mães. Abaixo segue alguns discursos:

Não. Porque, aí nem sei... Ela passou muito trabalho, né?! Assim, quando a gente era bebê, porque a gente era duas gêmeas, o mano tinha um ano e dois meses, e a minha irmã mais velha tinha sete anos. Então, agora está tudo mais modernizado, mas antigamente não tinha fralda descartável e nem nada, né! Então ela passou bem mais trabalho, é bem mais difícil criar um filho naquela época do que agora, nestes termos assim, né?! Mas, e também não sei, mas parece que ela não tem muita opinião própria assim, sabe? Porque, tudo é um conjunto assim, ela não pode sair e fazer o que ela quer, ela não tem a independência dela. Que nem se ela viesse morar aqui (espaço urbano), que nem eles estão pensando em morar na cidade, ela vai ser independente, ela pode trabalhar, ela pode fazer o que ela quer, né? Lá fora não é assim, tudo é um conjunto, tu não pode ter

tua opinião própria. Que nem ela não tem oportunidade de fazer carteira de motorista, essas coisas, não que ela não tenha, mas é mais difícil! Principalmente por causa do trabalho, que nem o fumo tem aquela época, mas o leite é todos os dias, não tem como ela vir para cá ter uma aula hoje e outra amanhã e ficar aqui, não tem! Porque ela tem que tá lá todos os dias e se ela estiver aqui, ela não vai ter mais aquele compromisso diário com a lavoura com os animais assim, né?! Ela vai poder fazer as coisas que ela quer e vai ser muito melhor! (Participante 1U – residente do espaço urbano)

Não, a vida da minha mãe é muito sofrida. Ela herdou o problema de coluna da minha avó, que é cadeirante, acho que de tanto trabalhar na lavoura. Sabe, há alguns anos nós não tínhamos nenhum tipo de máquina pra ajudar na plantação e colheita, aí era tudo manual mesmo, né. Era muito judiado, aí a mãe, ela é nova, tem 43 anos, mas não consegue se abaixar mais. É muito difícil pra ela, e ainda ela faz o trabalho doméstico, claro que eu ajudo, mas é sofrido pra ela. Ela não estudou, não teve a independência dela, não quero isso pra mim. (Participante 3R – residente do espaço rural)

Percebemos nesses discursos que, além de não quererem o mesmo modo de vida de suas mães, as entrevistadas buscam por independência (financeira, de decisão, de questionamento, etc.), o que elas acreditam que as suas mães não possuem. Porém, em nenhum momento é questionada a parcela de responsabilidade que os homens têm na vida árdua de suas mães. Pois, se o problema são jornadas intensas de trabalho, por que também não há (como no trabalho da lavoura) uma divisão do trabalho doméstico? Ou, ainda, por que outra pessoa da família não pode cuidar das vacas leiteiras enquanto a mulher passa alguns dias fazendo outra atividade? O que queremos dizer, aqui, é que elas evidenciam que as vidas de suas mães são “difíceis”, no entanto, não é discutida a responsabilidade dos homens nesse cenário. É evidente a presença do patriarcado e da mentalidade machista que se impõe no espaço rural e impede as mulheres de enxergar que o problema não são elas e sim uma ordem patriarcal de gênero que está presente diariamente em suas vidas.

A mesma situação se repete quando questionamos quem vai ser o sucessor das terras dos pais. Analisemos o discurso abaixo:

Não decidiram ainda. Nunca se falou. Mas eu acho que meu irmão vai ficar lá sempre, porque ele só concluiu a oitava série, então ele vai ficar, é certo! (Participante 3U – residente do espaço urbano)

Em nenhum momento a entrevistada cogita que pode ser uma sucessora, seja porque já saiu desse sistema para estudar, seja porque tenha saído desse sistema justamente porque já sabia que o pretendido para o cargo de sucessor é a figura masculina, no caso, seu irmão. Conforme Paulilo (2010), a permanência das

mulheres como sucessoras nas propriedades familiares é baixa e, entre os fatores que levam a essa situação, o patriarcado se destaca como o principal.

No âmbito educacional, as entrevistas foram marcadas pelo descontentamento com a quantidade de escolas de ensino médio (existem somente duas) no espaço rural do município, levando em consideração a extensa área territorial que ele tem. Problema esse que foi colocado em evidência pelas participantes da pesquisa, conforme discurso abaixo.

Lá no interior, até a oitava série não tinha transporte nas terças-feiras, tinha que andar quatro quilômetros de a pé até a escola, ida e volta, pra conseguir estudar. Aí, depois da oitava série melhorou, aí melhorou a parte do transporte e tudo, mas, aí dava alguma chuva ou algum dano assim na estrada e a gente faltava à aula, né, porque aí o transporte não vinha e a gente não conseguia ir para a escola. No ensino médio entrou outra empresa de transporte, aí melhorou bastante, aí não tinha mais. Eu agora tô fazendo o técnico. (Entrevistada 1R – residente do espaço rural)

Esse discurso é interessante por dois motivos: a mulher entrevistada parte, primeiramente, da dificuldade de acesso devido aos poucos transportes públicos (fato que era mais frequente em décadas passadas, hoje a rede de transportes no espaço rural de SLS já conta com maior grade de horários e abrange uma maior área). Contudo, mesmo existindo atualmente uma maior integração entre os espaços, não há como negar que, em um município com área de 2.036.125 Km<sup>2</sup>, existirem somente duas escolas que contemplem o ensino médio torna-se um obstáculo para aqueles que residem fora do entorno delas. É importante frisar que, como estamos falando de agricultura familiar, normalmente, os filhos são necessários para o trabalho na lavoura, portanto, para as famílias que residem mais longe dessas escolas, isso irá demandar tempo em locomoção, o que poderá afetar a logística da propriedade familiar. A entrevistada 1R saiu da casa dos pais, que residem em um distrito muito afastado, para cursar o técnico em agropecuária na Escola Técnica, sujeitando-se a morar nas terras de outras pessoas que a “acolheram” para que pudesse estudar (para poder viver em um espaço próximo à escola, a entrevistada precisa desenvolver os trabalhos domésticos e agropecuários da propriedade). Contudo, ressalta-se que nem sempre as jovens e os jovens possuem oportunidades de morar perto das escolas, muitos ainda dependem horas para conseguir acessá-las, o que pode ser problemático, assim, muitos abandonam os estudos para trabalhar somente na propriedade familiar (principalmente os homens), e outros enxergam na migração para os espaços urbanos uma forma de

conseguir aliar os estudos a um possível trabalho assalariado (o que frequentemente acontece com as mulheres).

Outro discurso que retrata o que estamos tratando aqui é o seguinte:

Eu estudei até a oitava série, primeiro grau completo, né? Aí depois ficou difícil pra ir porque não tinha, o pai e a mãe, recurso pra me mandar, né?! Porque lá era só escola agrícola e na escola de ensino médio na Boa Vista, e na época não tinha transporte como tem hoje, aí eles não queriam me mandar, aí eu comecei a trabalhar com eles e não estudei mais. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural)

Ao analisar o relato acima, percebemos que, para essa entrevistada, a distância entre as escolas rurais e algumas propriedades familiares não incentivou a migração e sim a acomodação nesse sistema, o que pode ser prejudicial, visto que essa mulher pode não ser a escolha para a sucessão das terras, ficando à mercê do irmão ou sendo submetida a trabalhos sem o mínimo de direitos básicos. Nesses dois cenários, as poucas escolas de ensino médio e técnicas mostram-se obstáculos, uma vez que, pela falta de opção, as mulheres têm que se deslocar para outras casas (se tiverem oportunidade), estagnarem seus estudos (mesmo querendo continuar) ou, ainda, podem decidir migrar em busca de novos horizontes, ainda que no espaço urbano seja difícil conciliar estudos e trabalho assalariado.

Nesse sentido, buscamos entender como foram as relações de estudo no espaço rural para as mulheres antes de migrarem. Trazemos o discurso de uma das entrevistadas que retrata a questão da interferência dos pais nesse cenário, o que alimenta a motivação dessas mulheres para sair desses lugares em busca de novas oportunidades.

(Estudei) Até o ensino fundamental, até a oitava série. Porque, o pai e a mãe não deixaram a gente estudar mais. Porque só tinha escola de ensino médio na Boa Vista, porque no colégio que a gente fez era só o fundamental, né? Aí depois se a gente quisesse fazer o médio, era lá. E aí não tinha transporte perto, e seria no turno da tarde. Aí eu sempre estudava de manhã para ter a tarde livre para trabalhar em casa. Aí o pai e a mãe não aceitaram, com isso de a gente estudar de tarde. Aí, por exemplo, de tarde que a gente mais trabalha lá fora assim né, de tarde que nem no fumo a gente trabalhava até quatro ou cinco horas em casa, costurando o fumo que a gente tinha colhido, e depois desse horário a gente recém ia para a lavoura, depois que o sol não estava mais tão quente. Aí a tarde era sempre bem longa e dava para trabalhar bastante, aí o pai disse “também preciso que vocês ajudem”, né, assim “se vocês quiserem, vocês podem estudar depois”, o pai disse, né. Aí a gente também aceitou, porque a gente tava lá e tinha que ajudar eles lá também, né. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

No relato, podemos constatar a influência que os pais (principalmente o pai) têm na vida dos jovens. Nesse caso, como em muito outros que encontramos ao

longo da pesquisa, há a interferência em prol do trabalho na propriedade. No discurso da entrevistada, esse trabalho é caracterizado como uma “ajuda” ao pai, à família. Todavia, essa “ajuda” se trata de um trabalho penoso, sem remuneração. Portanto, as jovens deixam de continuar seus estudos para seguir com o trabalho na lavoura, sob as normas do pai, sem direito algum.

No entanto, a migração feminina não é garantia de continuação dos estudos. No espaço urbano, as mulheres sofrem uma série de adversidades, sendo os planos de continuar estudando, por vezes, adiados a médio ou longo prazo.

Sim (quero continuar estudando), eu fiz o ensino médio para ter uma estabilidade, para melhorar, a gente sempre quer melhorar, né?! Primeiro, quando eu não tinha condições, eu tive que trabalhar primeiro para poder me sustentar, sustentar uma casa. Aí depois pensar em estudar, agora que eu posso, mas tenho que me limitar ainda, né? Eu não posso estudar, por exemplo, em Pelotas (município vizinho ao de SLS), não sei de repente até daria, mas eu acho que não vai dar certo se eu quisesse continuar trabalhando, né? De repente daria, porque tem que fazer mais cadeiras ou aí muda, não sei também como é que é. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

Continuo (estudando), então, eu concluí o técnico em química no IFSul e pensei em ingressar na engenharia química no IFSul também e consegui entrar logo e tô continuando, enquanto eu não conseguir nada na minha área eu vou tentar concluir a engenharia. Eu mandei meu currículo por e-mail para quatro empresas, mas nenhuma delas me retornou, aí eu vou continuar trabalhando onde eu estou e cursando a engenharia. Daí, se depois eu conseguir um emprego de técnico, eu até penso em trancar a engenharia e tentar seguir depois, mas só que pra minha área técnica em química aqui em São Lourenço é complicado, né? Só mais pra fora daqui mesmo. (Entrevistada 3U – residente do espaço urbano)

Nesses dois relatos, percebemos duas realidades diferentes. A primeira participante residia com seus pais em um distrito longe das escolas de ensino médio, logo, ela não conseguiu cursar esse nível no espaço rural. Diante disso, mudou-se para a cidade apenas com o ensino fundamental, trabalhando como doméstica, para mais tarde conseguir cursar essa etapa pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno da noite. A segunda entrevistada aponta que cursou o ensino médio em uma escola rural, pois era vizinha da escola. Portanto, quando ela migrou, já possuía esse nível e logo começou um técnico em Pelotas (cidade vizinha a São Lourenço do Sul), na parte da noite. Ao contrário da primeira, que teve dificuldades para poder retomar sua educação.



Quanto às perspectivas das jovens que permanecem no espaço rural de continuar os estudos, as justificativas se propagam relacionadas ao pertencimento ao espaço rural, ou na preocupação de deixar seus pais desamparados.

Sim (gostaria de continuar os estudos). Quem sabe um dia, sim. Mas, por enquanto, não! Vontade, vontade eu tenho! Porque trabalhar pra fora é ruim, porque é puxado, na safra no verão é puxado! Aí minha vontade sempre foi fazer ou ir pra cidade, mas faltou alguma coisa, algo em mim de sair de lá e não dar certo e ter que voltar, uma coisa assim. Uma coisa me prende lá, não sei por quê. É que eu gosto de lá, muitas vezes minha tia disse que era para eu vir para a cidade e começar a estudar, morar com ela. Só que eu sempre fui mais da colônia, aí vir pra cidade era outra coisa, não gostava muito, não. (Participante 2R – residente do espaço rural)

Eu estudei tudo o que dá aqui fora, né? Tenho muita vontade de fazer uma faculdade, mas é difícil sair daqui. A mãe precisa que eu ajude aqui, ela já tem muito trabalho com minha avó, mas eu também queria fazer umas coisas por mim, estudar como minha irmã mais velha faz. Ela já faz tempo foi pra cidade e trabalha e estuda lá, eu acho legal, às vezes penso em ir também. (Participante 3R – residente do espaço rural)

Constatamos que os sentimentos das mulheres são pela continuação dos estudos, mas, ao mesmo tempo, outras questões entram em jogo e podem coibir esses desejos. No primeiro relato, a participante fala de um sentimento de pertencimento ao espaço rural, ela estudou somente até a oitava série ou nono ano, pois os pais não permitiram que ela se deslocasse para a escola de ensino médio no espaço rural. Por estar sempre envolvida com as tarefas da propriedade desde sua infância, sem experimentar outras situações, ela pode se sentir amedrontada em mudar-se sozinha para espaço urbano, deixando seus sonhos de lado para permanecer onde conhece. Por isso pode ser o sentimento de pertencimento que a faz permanecer, mas também pode ser o medo de arriscar, o medo do novo. Analisando o discurso, observamos que ela possui a vontade de migrar no momento em que diz: “[...] minha vontade sempre foi fazer ou ir pra cidade, mas faltou alguma coisa, algo em mim de sair de lá e não dar certo e ter que voltar, uma coisa assim”. Essa passagem deixa bem clara a presença de vontade e, ao mesmo tempo, de medo do fracasso, alimentado possivelmente pela ideia de que, ao sair das terras dos pais, não poderia voltar a viver ali.

O segundo discurso nos remete a outro cenário, neste a participante conseguiu cursar o ensino médio nas escolas rurais (por residir na vizinhança da escola), e tem vontade de continuar os estudos no espaço urbano. No entanto, ela alimenta um sentimento de culpa ao pensar em deixar a mãe “sozinha”. É sabido

que essa mãe não ficará realmente sozinha, uma vez que elas residem com o pai e o irmão da entrevistada. Diante disso, destacamos que a noção de solidão (deixar a mãe sozinha, solitária) é validada no sentido de que vivemos em uma sociedade patriarcal em que, quando se trata de trabalhos reprodutivos, não é pensada ou, ainda, esperada a intervenção masculina, sendo assim, pai e irmão não fariam companhia à mãe.

Quando investigamos se essas mulheres (dos dois grupos de participantes) gostariam de realizar uma faculdade no espaço urbano e, posteriormente, voltar para o espaço rural, duas delas, uma de cada grupo, disseram que gostariam. São as participantes que estão atualmente cursando técnicos voltados para a prática agrícola e possuem o sonho de cursar agronomia em algum instituto. O restante, duas de cada grupo, afirmam que não gostariam de voltar para o espaço rural se pudessem cursar uma faculdade, e, caso isso acontecesse, somente seria para morar e nunca para trabalhar na agricultura. As principais profissões almeçadas pelas entrevistadas em questão foram: professora de geografia, biotecnóloga e química (uma delas não conseguiu definir o que desejaria cursar). Assim, as que desejam se profissionalizar e voltar para o espaço rural são aquelas que, neste momento (período em que ocorreu a pesquisa), já estão inseridas nesse meio (estudando em cursos voltados à prática agrícola), o restante não almeçaria voltar se tivesse a oportunidade de realizar faculdade ou cursos técnicos.

Nesse contexto, a importância das escolas nos espaços rurais já é nítida e foi apontada pelas entrevistadas como um fator para que elas deixassem o campo.

Eu acho que as gurias saem muito pra estudar na cidade, aqui na volta nem tanto, só depois que acaba o médio. Mas eu tenho amigas de outros distritos que ficava difícil pra elas vim todo dia pra escola. Acabou que muitas se mudaram pra cidade, pra trabalhar e estudar lá também. (Relato da entrevistada que reside no espaço rural e é vizinha de uma das escolas de ensino médio) (Entrevistada 3R – residente do espaço rural)

As jovens não estão ficando mais aqui fora, né?! Quase ninguém, e está vindo mais mulheres (mulheres indo para o espaço urbano), porque o homem ainda parece que se importa mais com aquela coisa de trabalhar na lavoura. E a mulher já não! Não sei se é mesmo, mas que eu conheço é mulheres, homens nem um que venho de lá para cá (do rural para o urbano) para estudar ou para trabalhar, né?! (Entrevistada 2U – residente do espaço urbano)

Ao compreender como foi a trajetória das mulheres que migraram para o espaço urbano, identificamos que as mulheres entrevistadas alimentavam, enquanto moravam no espaço rural, a vontade de fazer essa mudança, por entenderem que

assim teriam maiores chances de melhorar suas situações de vida (trabalho, educação, lazer). Nesse contexto, o desejo existia, mas faltava, principalmente, a oportunidade para que ocorresse o processo migratório. Outro ponto crucial nesse processo foi um mediador, ou seja, uma pessoa que tivesse disposta a abrigá-las ou a ofertar um primeiro emprego nesse espaço. Os trabalhos que essas mulheres ocuparam, em um primeiro momento, foram o trabalho doméstico e os cargos no comércio, como vendedora ou caixa. Esses trabalhos normalmente são aqueles em que elas permanecem por mais tempo, até conseguirem almejar os seus estudos e, conseqüentemente, trabalhar em sua área de formação. Entre as entrevistadas, todas trabalham no comércio, o que, para Hirata (2003, p. 19), “são trabalhos muito frequentemente instáveis, mal-remunerados, não-valorizados socialmente, com uma possibilidade quase nula de promoção e de plano de carreira, além de direitos sociais muitas vezes limitados ou inexistentes”. Ainda segundo a autora, as mulheres, em termos gerais, normalmente, não ocupam cargos elevados e sua subordinação nas instâncias de decisão e de atribuição de responsabilidade acabam por atingi-las mais pela tendência à precariedade e à imposição de tarefas, e menos pela tendência ao investimento e à iniciativa (HIRATA, 2011).

Além disso, mesmo que as mulheres alimentem a vontade de “melhorar de vida”, principalmente através dos estudos no espaço urbano, isso nem sempre é possível devido às altas cargas de trabalho que elas exercem. Abaixo, segue o discurso de uma das entrevistadas:

Eu pensava em melhorar, né, porque lá fora é bom de morar, mas não de trabalhar. Eu tinha um plano de vim pra cá, primeiramente tinha que trabalhar pra poder me sustentar, né, e depois estudar, o que eu ainda não continuei. Até pelo menos fiz o ensino médio, né?! (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

Essa mulher ainda não conseguiu realizar sua vontade de estudar, mesmo sete anos depois de ter migrado para o espaço urbano. Ela iniciou seu trabalho como trabalhadora doméstica, e morando na casa de uma professora que a abrigava em troca de que cuidasse da filha e fizesse também o trabalho doméstico. Então essa mulher, além de realizar o trabalho doméstico em outra casa, também era responsável por ele na casa em que vivia. Logo, o desejo de estudar não foi possível devido ao trabalho intenso.

Os principais motivos que levaram as entrevistadas a migrar foram, segundo elas, melhorar de vida – pois enxergam o espaço urbano como um impulsionador para realizarem seus sonhos; trabalhar com remuneração; fugir daquele trabalho

árduo do espaço rural que não tinha recompensa financeira – alimentando a crença de que no espaço urbano os trabalhos são leves e fáceis; e estudar. Analisando todos esses fatores, percebemos que eles estão intrinsecamente ligados à ordem patriarcal de gênero. Isso porque é evidente a divisão sexual do trabalho, que desvaloriza o trabalho da mulher. Assim, o desejo de fuga desse sistema, mesmo que elas não percebam que eram menosprezadas e que seus trabalhos eram desvalorizados, está atrelado a essa ordem. A saída do campo por não terem oportunidade de permanecer também está totalmente ligada a esse sistema, uma vez que não estão enxergando essas oportunidades no espaço rural justamente por serem desvalorizadas quanto ao trabalho e como pessoa competente para ser sucessora e titular da propriedade.

Por sua vez, todas as entrevistadas do grupo que ainda moram no espaço rural afirmaram que as mulheres saem do campo por falta de oportunidades, justificando essa falta, principalmente, por questões patriarcais, conforme os discursos abaixo:

Que não tem escolha (as mulheres migrarem), né? Acabou que chegou num ponto assim que a colônia vai virar deserta. Porque as mulheres que trabalhavam lá não ganham recurso, não tem como ganhar recurso, não são bem pagas, a produção delas não é valorizada, acabam que são obrigadas a ir pra a cidade. (Entrevistada 1R – residente do espaço rural)

Porque pra mulher aqui é difícil. Tu até trabalha na lavoura, mas não pode mexer no trator, não pode dar opinião na lavoura, tem que baixar a cabeça e trabalhar no que te mandaram. Aí fica difícil, se a gente quer ser agricultora tem que lutar muito. Aí as que não gostam do serviço de casa só saem, minhas amigas quase todas foram pra cidade já. (Entrevistada 3R – residente do espaço rural)

Os relatos acima expõem o contexto da mulher agricultora familiar, no qual a autonomia, o poder de decisão e a remuneração sempre estão em mãos masculinas, e a mulher normalmente é secundária e, até mesmo, ignorada.

No desenvolvimento da pesquisa, ainda buscamos identificar se as mulheres conhecem pessoas que já realizaram a migração ou, no caso daquelas mulheres que já estão no espaço urbano, que migraram antes delas. Obviamente, a questão obteve resposta positiva, todas possuem exemplos de outras mulheres. Segue alguns deles:

Todas as minhas colegas que eu tive lá no interior, todas estão morando na cidade. Não tem nenhuma lá fora, os guris até tem alguns que ficaram, fizeram o ensino médio e ficaram no interior. Mas as gurias todas então morando em Canguçu e em Pelotas. (Entrevistada 1R – residente do espaço rural)

A minha irmã mais velha. Ela foi morar em Pelotas, já também com dezesseis anos, ela foi, já tinha ido bem antes. Foi morar em Pelotas e trabalhar lá. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

As migrações podem levar a outras, uma vez que as jovens podem ser influenciadas por amigas, parentes ou outras experiências positivas com as quais tiveram contato, seja contato direto (encontros com as amigas), seja por meio de redes sociais. Com vistas a esse entendimento, perguntamos para as entrevistadas se as pessoas que elas citaram, de alguma maneira, influenciaram-nas a migrar, ou se despertam alguma vontade, para aquelas que permanecem no campo.

Sim, porque se elas foram, né, eu pensei assim, se elas foram e não voltaram mais, se elas não voltaram mais é porque é bom, né? (Entrevistada 1R – residente do espaço rural)

Eu vejo, às vezes, eu fico pensando, se eu tivesse ido logo pra cidade, quando eu parei de estudar na oitava série, podia ter sido tudo diferente. Mas hoje em dia eu não sei se eu teria coragem pra vim, começar a estudar de novo, fazer tudo de novo. Essas gurias que vieram, uma está estudando pra advogada, a outra zootecnia, tem um monte de gente fazendo faculdade. Eu gostava bastante de animais, essa coisa de advogada, médica, não é comigo, não. Eu gostava muito de coisas de animais, coisas desse lado. Já pensei muito, mas não cheguei a realizar o sonho. (Entrevistada 2R – residente do espaço rural)

Essas foram as falas das mulheres que residem no espaço rural que, em determinado momento, já se sentiram influenciadas a migrar. De acordo com aquelas que já migraram, todas afirmam que não foram influenciadas. Essa afirmação possui duas explicações: uma por se tratar de mulheres acima de 24 até 27 anos de idade, e como a faixa etária da migração consistiu em uma idade muito jovem (a partir dos 16 anos), algumas afirmaram que foram umas das primeiras a sair de sua redondeza; a outra explicação é que, mesmo elas achando que não foram influenciadas, a própria vivência em um meio patriarcal e a experiência alheia de “libertação” da família podem ter gerado o desejo da migração, ainda que não diretamente.

Não (não se sentiu influenciada pela irmã mais velha), porque aí eu era bem mais jovem, né. Eu não pensava muito, eu estava estudando lá fora aí eu vivia com o pai e a mãe e tava bem. Aí depois, quando eu tive mais, quando eu fiquei assim mais madura, e pensei, sabe, eu vi que não era futuro ficar lá. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

Não. Até porque eu saí antes que elas já. Eu saí antes, elas vieram há pouco tempo morar na cidade assim. (Entrevistada 3U – residente do espaço urbano)

Procuramos identificar se as mulheres que migraram possuem o desejo de voltar a suas raízes, ou seja, voltar a viver e trabalhar no espaço rural. A similaridade em seus discursos é evidente. Quando se referem ao espaço rural, elas pensam até em voltar, mas com uma profissão que não seja a de agricultora, ou pensam em ter apenas uma casa para passar os fins de semanas. Em nenhuma hipótese desejam voltar a trabalhar na agricultura, esse fato se dá, principalmente, pela falta de remuneração que elas enfrentavam e também pelo árduo trabalho nas plantações de fumo.

Não. Ah, por todos esses motivos. Porque só o que tem de bom lá é o espaço, a tranquilidade, e morar... morar é bom assim, mas não tem esse recurso de trabalho, é muito trabalhoso, assim sabe, muito sacrificante mesmo, né. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano)

Vontade eu tenho, mas para morar definitivamente não. Mas, tu tem uma casinha assim, tu vai final de semana pra descanso assim sim. Mas, pra ir pra trabalhar, não. Porque acho que o serviço era mais complicado, que nem aqui a gente consegue bem mais, né?! Lá fora a gente ia ter escolha só de trabalhar no fumo, né? Não é uma coisa que eu gostaria muito de voltar, acho muito difícil no fumo. Não, no fumo não! Preferia tá na cidade trabalhando porque é mais fácil, eu acho assim, que a gente não se judia tanto como trabalhar na colônia. (Entrevistada 2U – residente do espaço urbano)

A experiência de vida das mulheres que moram no espaço rural está perpassada por relações de poder, hierarquias, em suma, por relações patriarcais de gênero. Em nenhum momento elas foram ou são as protagonistas em escolhas, opiniões e decisões. Analisando os discursos das mulheres entrevistadas em relação à hipótese de migrar, a primeira reação é a de que não gostariam por questões de pertencimento ao espaço rural, por gostarem de estar nesse lugar. Contudo, em um segundo momento, quando elas começam a pensar mais sobre o assunto, admitem que partiriam para o espaço urbano se não tivessem outra escolha. Mas não é o que normalmente acontece? Qual escolha tem a mulher que não é reconhecida, remunerada e até mesmo respeitada como trabalhadora e parte importante da família?

Apesar disso, é importante frisar que o espaço urbano não é onde estão as soluções, pois esse espaço também está envolto em uma lógica patriarcal. Ao investigarmos como essas mulheres vivem nesse espaço, logo deparamos novamente com a ordem patriarcal de gênero. Contudo, existem diferenças. No espaço urbano, as mulheres (normalmente solteiras) se desligam da estrutura familiar e de seus ordenamentos, possuindo maior liberdade e autonomia para

decidirem suas vidas. Das participantes desta pesquisa, uma mulher mora com o namorado e, nesse contexto, ainda enxergamos a estrutura patriarcal bem estabelecida, conforme discurso abaixo.

Ah, todo mundo trabalha fora, né, e todo mundo faz o trabalho da casa! O meu namorado faz a comida, ele chega primeiro, e aí a gente (entrevistada e a irmã) limpa a louça e limpa a casa no final de semana. Aí, como eu trabalho sábado, geralmente é a mana que limpa casa no sábado que é aquela faxina mesmo. Aí eu lavo a louça durante a semana, para ela poder limpar. Foi assim que a gente chegou em um acordo, porque antes não dava certo! Mas o meu namorado ajuda em tudo, faz comida, eu não preciso fazer comida para ele se ele quer alguma coisa, ele faz! Ele faz tudo da casa, se precisar. Que nem eu fui para fora e ele ficou, deixou a casa em ordem e fez comida para ele, assim igual. (Entrevistada 1U – residente do espaço urbano).

Nesse discurso, percebemos dois aspectos importantes para a discussão: embora o espaço urbano esteja permeado pelas relações patriarcais, nesse cenário a participação masculina nos espaços reprodutivos (ainda que minimamente) é cogitada pelas mulheres, diferente do que acontecia nos espaços rurais. No entanto, o segundo aspecto diz respeito a uma exaltação do homem pelo fato de ele fazer o almoço, enquanto o trabalho de faxina e demais tarefas ficam ainda a cargo das mulheres. Ressaltamos ainda que as mulheres presas por muito tempo nas suas famílias com uma estrutura patriarcal se veem como responsáveis na organização das tarefas familiares. Quando a entrevistada fala orgulhosamente que o namorado faz a própria comida, que ela não precisa preparar o que ele deseja comer ou, ainda, elogia o parceiro por ele fazer tudo em casa “se” precisar evidencia o patriarcado enraizado nela. As antigas formas que elas vivenciavam com seus pais e seus irmãos acabam se propagando também no urbano, podem até ter sofrido metamorfoses, mas a base de tudo ainda é uma ordem patriarcal de gênero.

Em relação à valorização do trabalho, as mulheres migrantes acreditam que há um “status” no trabalho urbano, e isso acarreta na satisfação pessoal de cada uma. A remuneração faz parte desse conjunto, pois, mesmo uma afirmando que já ganhou mais em outros serviços urbanos, é unanime a concepção de que o trabalho urbano é mais leve e compensatório financeiramente.

### **Considerações Finais**

As causas que desencadeiam o processo de migração rural-urbana feminina, no município de SLS, estão associadas à baixa opção de escolas rurais e de

informações sobre o mundo do trabalho, aliadas às desigualdades nas relações de gênero no espaço rural, onde normalmente o trabalho feminino não é remunerado e reconhecido. Evidenciamos que a maioria das causas da migração de mulheres está baseada em uma ordem patriarcal de gênero.

Essa migração seletiva tem complexas consequências que abrangem temas privados e públicos. Para as jovens, a privação dos estudos, as dificuldades em permanecer na propriedade rural, de trabalhar sem remuneração e sem reconhecimento e valorização refletem em suas escolhas, de modo que busquem melhores condições de vida. No entanto, podemos afirmar que a migração rural-urbana feminina causa dúvidas, incertezas, preocupações, angústias, mas também pode gerar libertações que, mesmo limitadas, em alguns casos, podem transformar sonhos em realidade através de empregos remunerados e uma melhora na qualidade de vida no espaço urbano. Obviamente, decepções e frustrações podem ocorrer, uma vez que nem todas conseguem realizar seus sonhos.

Assim, percebemos que, para além da insuficiência de escolas, o patriarcado age com intensidade nas esferas familiares, influenciando a vida das jovens agricultoras familiares no município de SLS. Nesse cenário, as mulheres, prejudicadas pela falta de comprometimento do governo frente às demandas educativas e econômicas, veem-se, ainda, impostas pela interferência do homem, “chefe de família”, que dita regras que influenciam em suas decisões e vidas. Desse modo, a união desses dois fatores, público e privado, falta de escolas e patriarcado, influencia potencialmente a migração seletiva das mulheres dos espaços rurais para os espaços urbanos.

Ao longo do artigo, evidenciamos as vidas das jovens agricultoras familiares antes da migração e suas situações atuais no espaço urbano, bem como podemos acompanhar os questionamentos daquelas que residem no espaço rural. Constatamos que as mulheres idealizam, no espaço urbano, uma vida com maior reconhecimento e atrelam os trabalhos urbanos a um status de maior relevância e reconhecimento, ao contrário daqueles desenvolvidos anteriormente na casa de seus pais, no espaço rural. Mesmo os espaços urbanos não estando livres dos arcabouços patriarcais, as jovens agricultoras sentem-se mais libertas neles.

A ligação do chefe de família com a figura paterna é retratada em todos os discursos, e dela parte a ideia de que ele é a figura principal, responsável por toda a produção e a subsistência das pessoas que formam a família. Essa imagem enaltecida do homem acaba gerando a naturalização das formas de desigualdades



presentes nas estruturas familiares, uma vez que todos o consideram a pessoa mais importante da família e acatam suas decisões, que normalmente estão baseadas na ordem patriarcal de gênero, resultando na desvalorização e na segregação das mulheres e de seus trabalhos.

A análise feita no município de SLS é apenas uma amostra do que as mulheres agricultoras brasileiras vivenciam, principalmente aquelas que residem nos pequenos municípios do interior do país. Por isso, as pesquisas que tratam dessas questões são fundamentais para trazer visibilidade para essas mulheres e para denunciar as condições de vida que são impostas pelo patriarcado. Este trabalho, longe de sanar o assunto, tem a função de instigar análises na perspectiva de gênero, uma vez que a situação da mulher na agricultura, por mais que tenha melhorado ao longo dos anos através das lutas feministas, ainda está calcada em desigualdades e invisibilidade. A naturalização da desvalorização das mulheres deve ser colocada em pauta para que, em alguma instância, possamos contribuir para a queda do patriarcado presente nas relações de gênero.

Portanto, afirmamos que a principal causa que justifica a migração rural-urbana feminina é a organização social patriarcal vigente no município de SLS, manifestada por limitações de liberdade, remuneração, opinião e decisão que as mulheres agricultoras vivenciam. Assim, em conjunto com as dificuldades do âmbito educacional, o patriarcado impulsiona cada vez mais as mulheres a abandonarem o espaço rural em busca de uma nova vida, baseada na igualdade entre homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.406**. Senado Federal, 2002.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, Apr. 2004.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Seletividade e migração. In: **População, Espaço e Sustentabilidade: Contribuições para o desenvolvimento do Brasil**. BRUNO, Miguel (org.), Rio de Janeiro, p. 187-202, 2015.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CORDEIRO, Rosineide. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. In: **Anais do XIV ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**, 2007.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KÉRISIT, Michèle. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. In: POUPART et. al A pesquisa Qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos, 3 ed., Petrópolis: Ed. Vozes, p. 127-153, 2012.

FARIA, Guélmer; MACEDO, Luiz Antonio Matos. Meninas migrantes: a migração infanto-juvenil rural e sua inserção no trabalho doméstico urbano. **Revista Faz Ciência**, v. 15, n. 22, p. 103-105, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 236 p., 2008.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. Emílio, Marli; Teixeira, Marilane; Nobre, Miriam; Godinho, Tatau (orgs). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 15-30p., 2003.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 15-22, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 595-609p, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA, Censos Demográficos**. Acessado em: 21 julho de 2017. Online. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/inicial>

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas** / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 55-64p, 2003.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, [S.l.], v. 14, n. 26/27, set. 2010.

MAIA, Alexandre; BUAINAIN, Antônio. O novo mapa da população rural brasileira. **Revista franco-brasileira de geografia**. n. 25, p. 1-24, 2015.

MOSS, Pamela. **Taking on, Thinking about, and Doing Feminist Research in Geography**. In: *Feminist Geography in Practice: Research and Methods*. Blackwell Publishers, Massachusetts, 274 p., 2002.

NARVARZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clinica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

NASCIMENTO, Carlos; VIANNA, Márcio; RAMOS, Diná; VILLELA, Lamounier; FRANCISCO, Daniel. A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades. **Anais do XVI Congresso Internacional FoMercó**, p.1-20, 2017.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e gênero em assentamentos rurais: espaço de poder. In: **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da Silva (orgs.), Ponta Grossa, Todapalavra, 137-148p, 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**. São Paulo, Pontes, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Coleção Brasil Urgente, 2004.

TAYLOR, Steven; BOGDAN, Robert. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. In: PAIDÓS BÁSICA. Traducción de Jorge Piatigorsky. Barcelona, 1987.

## NOTAS DE AUTOR

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Os papéis descrevem a contribuição específica de cada colaborador para a produção acadêmica inserir os dados dos autores conforme exemplo, excluindo o que não for aplicável.

**Caroline Tapia Bueno** - Concepção e elaboração do manuscrito, Coleta de dados, Análise de dados, aprovação da versão final do trabalho.

**Susana Maria Veleda da Silva** – Concepção e elaboração do manuscrito, Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

### FINANCIAMENTO

A pesquisa contou com financiamento através da bolsa CAPES Demanda Social no mestrado em geografia na Universidade Federal do Rio Grande entre o período de março de 2017 a fevereiro de 2019. Não há número do projeto/processo, referente à bolsa CAPES DEMANDA SOCIAL. (O arquivo referente a bolsa foi anexado no momento da submissão do artigo).

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### HISTÓRICO

Recebido em: 15-07-2020

Aprovado em: 31-05-2022